

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO
DIA 29 DE ABRIL DE 2011:-----**

Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão pelas quinze horas e cinco minutos teve lugar a segunda sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1- APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;
- 2.2-APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2010, E AINDA A APRECIACÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS AVALIAÇÕES DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO;
- 2.3- RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 2º SEMESTRE DE 2010;
- 2.4- -APRECIACÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2010 DA EMPRESA MUNICIPAL COMBANIMA, ESPAÇOS MUNICIPAIS, E.M;
- 2.5-APRECIACÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2010 DA PROFACADEMUS- ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO;
- 2.6- MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO 2011- PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO EM CURSO/1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO=APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.7- PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO REFORMULADO= 2º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO / 1º TRIMESTRE DE 2011;
- 2.8- PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO CENTRO DE ESTUDO E INTERPRETAÇÃO DO ESTADO NOVO= ESTATUTOS= APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO;

2.9- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NA FREGUESIA DE NAGOSELA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº1 DO ARTº 21º DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL.
REQ:PAULO JORGE ABRANTES.

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Carla Maria Pereira de Sousa. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinados os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Edite da Conceição Alves da Cruz, José Augusto Moraes de Sousa, Inês Maria Varela Matos, Joaquim Pereira Rodrigues, Pedro Miguel Soares Veloso, Luís Artur Loureiro Pereira, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, Leandra Margarida Prata Cordeiro, Fernando Abel Simões, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Esmeraldo Ferreira Gomes, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Ana Paula Silva Figueiral Ferreira, Vital Esteves Lopes, Hélder Moraes dos Santos Dias, José Jorge, José Rui Batista Alves Ferreira, Fernando Manuel Dias Almeida e Costa, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia.

Verificou-se a ausência do Sr. Deputado Manuel Luís Leitão Moraes que justificou a falta.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011. Não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação sendo a Acta aprovada por maioria com 27 votos a favor (17 do PPD/PSD e 10 do PS) e duas abstenções do PS (Srs. Deputados Edite Cruz e José Augusto Sousa).

O Sr. Presidente da Assembleia abriu de seguida as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados neste período. Inscreveram-se os Srs. Deputados Paula Francisca Gomes, Fernando Abel e Inês Matos.

Dada a palavra à Sra. Deputada Paula Francisca Gomes esta fez a intervenção constante do anexo nº1 desta acta e que faz parte integrante da mesma.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Fernando Abel que se referiu ao acontecido em reunião da Câmara Municipal no passado dia 10 de Março e que considerou de todo impensável: o anúncio de pedido de demissão do Sr. Presidente da Câmara e que o efeito desse seu acto se faria sentir a partir de 1 de Abril tendo de seguida solicitado ao Sr. Vice-presidente que desse continuidade à reunião como consta da acta dessa sessão. Passados poucos momentos voltou à reunião e entregou uma carta de demissão à secretária da reunião para que a fizesse chegar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Perguntava portanto ao Sr. Presidente da Assembleia: demitiu-se o Sr. Presidente da Câmara ou anunciou demitir-se e se esta situação criada teve ou não consequências. Não estava a advogar que o Presidente abandonasse as suas funções mas importava ouvi-lo sobre a razão da mudança de posição tantas vezes em tão pouco tempo. Deu entrevistas dizendo que a democracia estava muito prejudicada em Sta. Comba Dão e ainda acusou os vereadores do PS de estarem a prejudicar o desenvolvimento da nossa terra. O que está espelhado na acta da referida reunião na parte que toca ao PS é uma coisa chamada de bom senso, propondo a suspensão da reunião até ao dia seguinte dando esta proposta oportunidade a que se serenassem os ânimos entre os

vereadores do PSD para resolverem o seu diferendo. Faltou diálogo dentro da maioria que o apoia Sr. Presidente. Podiam os vereadores do PS pedir na hora uma certidão dos conteúdos da reunião, mas a sua boa fé e espírito construtivo levou-os a não exercer um direito que tinham. Não sabia de que falta de democracia falava o Sr. Presidente, mas a democracia funcionou e bem. Referiu o Estatuto do Direito da Oposição onde se encontra toda a base legal para intervenção dos membros que não têm pelouros distribuídos ou remunerados. Lembrou as condições que levaram à aprovação na Assembleia Municipal e Câmara Municipal para a construção do novo complexo de piscinas e disse que os pressupostos agora apresentados não correspondiam ao que foi aprovado, ultrapassavam em muito o valor de custo zero que foi anteriormente aprovado e também o PSF. Lembrou que no projecto eram apresentados como contra partida dois lotes de terreno que em termos legais ainda são da EDP. Não querendo colocar em causa a seriedade de quem quer que seja, perguntava de quem seria a responsabilidade se algo corresse mal. Entre instituições apenas os documentos existentes fazem fé em situações de litígio. Perguntava também em que espaço foi feito o projecto de candidatura ao QREN. Importava também quantificar os custos para a implantação das piscinas no topo norte do Estádio Professor Orlando Mendes, mais 560 mil euros que a somar aos valores que iriam ser suportados pela Câmara daria um custo aproximado de um milhão e 390 mil euros. Para além dos custos, no seu entender ainda havia a descaracterização do que está implantado naquele espaço, o estádio da nossa Cidade e perguntava se tinha que se destruir o construído no passado para realizar novas estruturas, não haveria falta de imaginação? Perguntava também o porquê de no projecto não estarem previstas piscinas ao ar livre, seria que os cidadãos de SCDão não tinham o direito de desfrutar de um espaço ao sol, em particular para os que não têm possibilidades de ir à praia? Quem não se lembra das centenas de pessoas que usufruem do sol nas actuais piscinas ao ar livre? Os membros do PS têm muita pena que esta obra fique por fazer pois era sempre uma mais valia, mas havia que concluir que este processo foi mal conduzido. Voltando à democracia, o PSD ganhou a Câmara com 50,12% dos votos expressos e ainda não percebeu que o PS teve 43,34% e que a distância percentual não é assim tão grande como se vê pelo vosso comportamento parecendo que ganharam por 80 ou 90 de diferença. O PSD passa o tempo a invocar que é o maior partido da oposição quando fala a nível nacional e lhe dá jeito, mas depois a nível local esquece-se que o PS está na oposição mas com 43.34% dos votos. Sr. Presidente os responsáveis pelos cargos políticos respondem politicamente pelos seus actos, mas também civil e criminalmente, razão pela qual compreende as razões invocadas pelos Srs. Vereadores do PS e pela Sra. Vereadora do PSD. Sr. Presidente, o senhor pode tomar as decisões que quiser e delas é naturalmente responsável, mas não tem o direito de vincular os seus pares a situações que podem ou possam originar processos judiciais.

O Sr. Presidente da Assembleia respondendo à pergunta que lhe foi feita informou o Sr. Deputado que não tinha recebido qualquer carta enviada pelo Sr. Presidente da Câmara ou qualquer pedido de resignação.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões postas pelo Sr. Deputado Fernando Abel. Começou por dizer que a demissão de qualquer um dos membros da Câmara resulta da sua vontade própria e portanto não pode ser imposta quer pela oposição quer pelos outros vereadores e a partir daí e desde que o pedido de demissão não tenha tido efeitos imediatos e até à hora de se pedir efectivamente a demissão podia-se perfeitamente voltar atrás nessa intenção e manter-se o cargo para que se foi eleito. Sobre a entrega da carta, a não ser ele, ninguém poderá saber qual era o seu conteúdo e portanto ninguém poderá garantir que contivesse um pedido de demissão. Relativamente às piscinas municipais percebeu que o problema do PS não é o haver ou não piscinas mas sim o sítio onde eventualmente iriam ser construídas. Em relação ao QREN assim como qualquer outro dos anteriores Quadros Comunitários de Apoio há e havia a flexibilidade de mudança de lugar. O que se financia é um

determinado tipo de construção com um determinado tipo de características independentemente do lugar. O Estádio não se chama Professor Orlando Mendes mas sim Dr. Orlando Mendes. O problema não tinha a ver com construir ou não piscinas, tinha a ver com uma obra construída no tempo em que o PS foi poder em SCDão e que iria ser alterada para ser construída com outra no local que segundo as palavras do Sr. Deputado iria ser descaracterizado mas que ganhava outro uso e outra amplitude com melhor aproveitamento do espaço que está disponível. Relativamente às questões do financiamento elas estavam garantidas e corrigia o Sr. Deputado pois os lotes que foram disponibilizados pela EDP estão nas mãos da Câmara Municipal. O loteamento foi aprovado e aí houve a cedência dos dois lotes à Câmara Municipal. Dizia também que a negociação foi feita com a EDP ao mais alto nível e com pessoas sérias, não havia da parte da Câmara qualquer dúvida de que a palavra iria ser cumprida, para ele mesmo na política a palavra ainda é para cumprir, sabia que para eles às vezes não é ou a maior parte das vezes não é para cumprir e às vezes nem os papéis escritos têm valor. O Sr. Deputado devia saber que piscinas ao ar livre não eram financiadas pelo QREN e que apenas servem para utilização no máximo em três meses por ano. A concepção destas piscinas municipais permitia que embora sendo cobertas, elas tivessem toda uma frente virada a sul, aberta durante o Verão que permitia às pessoas usar a parte exterior e com outra vantagem que o Sr. Deputado se esqueceu de referir, a piscina iria ter 25 metros, o que quer dizer que poderia passar a haver competição nas piscinas municipais o que agora não acontece. Não recebia lições de democracia da parte de ninguém, é verdade que há penalização para algumas tomadas de decisão e o que fez foi com os pés bem assentes no chão. Dizia também que a oposição tem sido muito melhor tratada do que foi anteriormente e dizia também que o PSD em anteriores eleições, excepto numa, sempre teve uma votação superior à que o PS teve agora, estando muito mais próximo do PS do que hoje está o PS do PSD. As informações hoje dadas na Assembleia e na Câmara comparadas com o passado são pura coincidência e há pessoas aqui presentes nesta Assembleia que o podem comprovar.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para em defesa da honra dizer que foi ofendido pelo Sr. Presidente da Câmara quando disse que “vocês parece que não estão habituados a cumprir a palavra” ou qualquer coisa parecida. Da parte dele estava habituado a cumprir a sua palavra assim como todos os outros membros do PS. Portanto pediu ao Sr. Presidente para se coibir de utilizar expressões que possam ser ofensivas e que não são justificáveis.

O Sr. Deputado Fernando Abel pediu a palavra para dizer que a questão que foi posta podia até nem o ter sido, parecia-lhe legítimo que se possa mudar de opinião e o Sr. Presidente também pudesse mudar de opinião, ninguém pôs isso em causa, teve o cuidado de dizer que ninguém pedia a sua renúncia, agora para o PS o que não ficou claro foi se se demitiu ou se anunciou a demissão e depois parecia-lhe de bom tom que na reunião seguinte da Câmara Municipal se pronunciasse sobre o assunto, o que não aconteceu e daí a intervenção que fez.

Foi dada de seguida a palavra à Sra. Deputada Inês Matos que fez a intervenção constante do anexo nº2 desta acta e que faz parte integrante da mesma. Antes de focar o assunto constante do anexo comentou a intervenção anterior no que dizia respeito a obra feita no passado e obra destruída no presente. Lembrou o Estádio Dr. Estevão de Faria que foi deixado abandonado embora tenha havido cortes de subsídios ao Grupo Desportivo como a todas outras Associações. É um estádio que foi deixado ao abandono para se construir um novo estádio que foi também deixado em parte por acabar. Em relação à situação da demissão disse ter lido logo a seguir na comunicação social na Segunda-feira seguinte um comunicado que foi claro e relativamente a esta situação de demissão ou não, expressou a sua preocupação pois tendo em conta que o Sr. Eng. José Sócrates disse claramente a todos os portugueses

que não governava com o FMI, daí perguntar se ele fosse eleito se se demitia ou não, se tomava posse ou não, havendo aí muitas questões a discutir,

Pediu a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa para dizer que efectivamente o Estádio Dr. Estevão Faria é propriedade do Grupo Desportivo Santacombadense antes era da Casa do Povo de SCDão. O Estádio Municipal é da Câmara Municipal, em sua casa fazia ele obras, a Câmara faz na Câmara portanto estar-se a dizer que não se fez obra no Estádio Estevão Faria, pois..., evidentemente deviam ser feitas. Quanto às piscinas são da Câmara, devem continuar na Câmara, era a favor da construção das novas piscinas porque as actuais não têm capacidade para prática desportiva o que na sua óptica é um erro.

Passou-se de seguida para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do Artº19º do Regimento passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra o Sr. Presidente da Câmara que para além das informações constantes na documentação fornecida aos senhores Deputados referiu ainda actividades realizadas na Casa da Cultura, destacando o Concerto de Saxofone e o 2º Encontro de Clarinetes. Informou que nos próximos dias 5 e 6 de Maio se irão realizar na Casa da Cultura as II Jornadas “Emprego, Formação e Empreendedorismo” organizadas pelo Gabinete do Investidor da Câmara Municipal, convidou todos os senhores Deputados a participarem e a estarem presentes. Informou também que ficou concluído o processo disciplinar que estava a decorrer contra uma funcionária da Câmara e que resultou na sua demissão compulsiva, não sabendo se irá haver ou não recurso da decisão. Em relação à informação financeira disse que a Câmara tem cerca de 9 milhões de euros anuais em termos de despesa corrente e de capital, valor a que não pode fugir, isto sem fazer grandes investimentos. Isto não seria dramático se as receitas normais da Câmara cobrissem este valor. A verdade é que a Câmara por muito melhor que seja gerida tem cerca de 8 milhões de receita, resultando sempre em condições normais um défice anual de um milhão de euros ou mais. Destes valores não há para onde fugir esteja quem estiver na Câmara. A Câmara nesta situação precisa todos os anos de realizar receitas extraordinárias para equilibrar as contas, isto nem sempre é possível e nesta altura ainda pior. Recordou a sua intervenção numa sessão do ano passado onde apresentou as verbas distribuídas pelos Concelhos vizinhos e vindas do Estado através dos mecanismos da Lei das Finanças Locais. É uma situação que se mantém, é injusta a distribuição das verbas e Santa Comba Dão é penalizada. O nosso Município que tem mais 2 mil e tal habitantes do que Mortágua recebe em relação a este Município menos um milhão e 87 mil euros. Agrava esta situação o ter-se menos gente (Mortágua) e por consequência ter menos despesas inerentes ao número de pessoas (recolha de lixo, saneamento e despesas com outras infra-estruturas). Comparou as despesas que tem Mortágua e as que tem SCDão em RSU, Iluminação Pública, Transportes Escolares, Refeições Escolares e Pessoal, dizendo que os números provavam que Mortágua além de receber cerca de um milhão e 100 mil euros a mais do que SCDão, gastava menos nestas despesas, que são obrigatórias, menos cerca de 620 mil euros do que SCDão por ano. Isto em cinco anos dava uma verba de cerca de 8 milhões de euros. Se não existissem estas diferenças SCDão não estaria na situação em que está e da qual não tem saída previsível. Os gastos são fixos, a não ser que se deixe de prestar os serviços que são essenciais para a população: recolha de lixo, transportes escolares, refeições escolares, iluminação pública, etc.. No Distrito de Viseu que tem 24 Concelhos, SCDão é o quarto a receber menos (4 milhões 281 mil euros), o primeiro é Vila Nova de Paiva que recebe 3 milhões 985 mil euros, o segundo Carregal do Sal que recebe 4 milhões e 27 mil euros e o terceiro Penedono que recebe 4 milhões e 71 mil euros. Apresentou depois o rácio de verbas em termos de população, que é o seguinte: Vila Nova de Paiva recebe por habitante 623 euros por ano, Penedono

recebe por habitante 1239 euros por ano, Carregal do Sal recebe por habitante 380 euros por ano, SCDão recebe por habitante 350 euros por ano e Mortágua recebe por habitante 533 euros por ano. Apelou a que todos com responsabilidades políticas no Concelho tivessem noção que os números são dramáticos para SCDão, agora e no futuro, pois se não houver alterações à Lei que regula as transferências do Estado, SCDão não tem solução, podendo até ser inviabilizada a sua continuidade como Concelho. A responsabilidade poderá ser nossa, mas também é de uma Lei que durante todos estes anos não tem beneficiado a população, mas sim a área territorial, quando se sabe que quem consome e quem precisa de apoio é a população e não os eucaliptos ou os pinhais. Este era o alerta que queria deixar para todos os Santacombadenses. Disse ainda que se fosse apenas analisado o FEF a situação ainda seria pior, pois onde ainda há algum benefício é o facto que haver mais população e receber-se a percentagem de 5% do IRS de que não podem prescindir, que resulta em cerca de 200 mil euros por ano, pois se não fosse isto SCDão talvez fosse o primeiro Concelho no que diz respeito ao menor valor de verbas recebidas no Distrito de Viseu. Pediu reflexão sobre a situação, o problema é de agora, como era de ontem e como vai ser de amanhã. Há que lutar contra esta situação e propor quer o PS ou PSD que seja feito um redimensionamento das Transferências do Estado.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que começou por chamar à atenção do Sr. Presidente da Câmara para a necessidade de corrigir pequenos aspectos que não eram de língua neste caso mas que são inexactidões vindas na informação distribuída aos Srs. Deputados como por exemplo: a menção de Escolas do Primeiro Ciclo, Agrupamento de Escolas e Jardins de Infância (que já não existem), a data de 21 de Fevereiro de 2011 (data apresentada para a anterior sessão) a realizar-se no dia 8 de Março (quando já foi realizado). Era o problema do corta e cola, mas que devia ser revisto. Pediu esclarecimento sobre a informação que constava na parte de Obras Municipais, Administração Directa - Intervenções em Edifícios, onde constava a empreitada de construção de um hangar nos Bombeiros Voluntários de SCDão, estando também a obra mencionada na parte das Empreitadas com um valor de 149.890 euros, perguntava se era a mesma obra e dois procedimentos diferentes ou duas obras diferentes. Questionou também a utilização do termo “imhoff” utilizado na reabilitação do tanque da ETAR de Nagozela, achava que os técnicos deviam arranjar uma designação em Português para uma realidade que sabem utilizar. Era igual à utilização abusiva de termos estrangeiros no domínio da Economia e outras áreas. Haverá sempre a possibilidade de dizer em Português o que queremos referir, poderá ser mais prático utilizar o termo estrangeiro que ninguém percebe. Em relação à informação financeira disse que não era o primeiro relatório como está mencionado mas sim o segundo. Congratulava-se por o Sr. Presidente da Câmara reconhecer que era necessário abrandar com as despesas em termos de investimento, porque a situação descrita em termos de défice crónico da Câmara é real e grave, mas é também antiga. Se há cinco anos e meio o Sr. Presidente da Câmara tivesse feito o alerta que hoje foi feito quanto à conveniência de cada um dos presentes na medida em que possam influenciar uma eventual alteração da legislação que preside à Lei das Transferências para as Autarquias, talvez já tivesse havido algum movimento. Duvidava que tivesse algum efeito, assim como duvidava que fosse possível num futuro próximo conseguir-se algum resultado em termos de alteração rápida da legislação. Neste momento todos sabem que o défice crónico, inevitável ao que parece, se junta a um endividamento já elevado. Se até aqui se tinha a esperança que em trinta anos a situação da Câmara estivesse normalizada, achava que com este défice nem daqui a cem anos, também não era grave pois como leu na comunicação social, em 2001 acabou de se pagar a dívida nacional que tinha sido contraída há mais de cem anos. Achavam que ainda poderia haver despesas que poderiam diminuir: iluminação pública e recolha de RSU – onde as pessoas poderiam reduzir e seleccionar o lixo.

O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu o Sr. Deputado que o termo “imhoff” vinha do apelido do técnico inventor daquela espécie de tanque e como apelido não tinha tradução.

Para responder à intervenção do Sr. Deputado foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que a pergunta sobre a construção do hangar nos Bombeiros tinha situações diferentes, primeiro houve uma intervenção da Câmara como acontece frequentemente sendo considerada nas situações de Administração Directa e houve também um concurso para a sua construção onde a Câmara teve de investir rapidamente e em força para que não desse qualquer razão para a retirada do helicóptero o que infelizmente veio a acontecer. Referiu que nos Bombeiros se encontram em serviço dois funcionários da Câmara Municipal a desempenhar tarefas. Esclareceu que um tanque “Imhoff” é um tipo de decantador específico para as redes de saneamento. Focou que todos os dias se estavam a tomar medidas no sentido de se baixar a despesa e disso era reflexo a conta dos primeiros três meses do ano. Não se iria estar cem anos para pagar o défice, havia ainda margem para baixar a despesa, nomeadamente na despesa com pessoal. Solicitou colaboração da população na separação do lixo, pois este na sua recolha é pago ao peso e a sua selecção e colocação nos sítios devidos diminui a despesa da Câmara. A recolha selectiva do lixo traduz-se em encargos muito menores para a Câmara, é um apelo que tem feito e continua a fazer apelando a que todos transmitam para os amigos e vizinhos este procedimento. Se houver necessidade de mais ecopontos eles serão colocados.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2010, E AINDA A APRECIACÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS AVALIAÇÕES DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este referiu que nas contas aparecia um aumento da dívida de curto prazo no valor de dois milhões e 600 mil euros, uma diminuição do passivo de médio e longo prazo em cerca de 460 mil euros. A dívida de terceiros à Câmara que existe mas não se reflecte nas contas é de cerca de dois milhões e 70 mil euros, resultantes de verbas do QREN e de dívidas da parte do Estado. Há ainda rendas da EDP por receber e das Águas do Planalto. Em relação a 2009 houve uma diminuição do valor dos compromissos assumidos, cerca de 470 mil euros que não têm reflexos na contabilidade, mas são obras que ainda estão a decorrer e que estando contratadas têm que entrar nas contas. Nos anos anteriores andavam entre um e dois milhões de euros o que quer dizer que houve um abrandamento nos investimentos. Em relação a 2009 a despesa baixou perto de 14%, mas se fossem consideradas as verbas a receber do QREN e com os reflexos na despesa, ter-se-ia em 2010 e sem contar com a dívida do ano anterior um saldo positivo, como os proveitos não contam tem-se um aumento do passivo. Mesmo assim a dívida total baixou em relação a 2009 cerca de dois milhões e 600 mil euros, mas com a entrada dos fundos a receber ter-se-ia um valor de cerca de cinco milhões de euros. Finalizou dizendo que havia consciência que era necessário trabalhar mais no lado da despesa, mas também na receita, sendo aqui bastante complicado pois a altura que estamos a viver não é propícia a que se consigam mais receitas. Nos próximos anos serão necessárias receitas extraordinárias para equilibrar as contas. Se todos temos a consciência que são necessários sacrifícios para ultrapassar a dívida do Estado, também teremos que estar conscientes que são necessários sacrifícios para ultrapassar a situação da Autarquia, por exemplo as Associações, as Juntas de Freguesia têm percebido que por vezes não há possibilidade de se fazerem as transferências que se deviam fazer e assim têm ajudado a Câmara.

Solicitou a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que começou por dizer que não sabia se o patriotismo dos Portugueses e o bairrismo dos Santacombadenses estaria em valores tão elevados que permitissem dizer que estamos preparados para corresponder aos sacrifícios que nos são pedidos, mas teremos que os fazer mesmo não estando preparados. Em relação às contas disse que o Executivo não tem

respeitado o cumprimento de determinadas disposições legais como o não incluir nas contas da Câmara o défice da Combanima e da Profiacademus. Em relação à situação financeira do Município disse que havia a registar efectivamente uma diminuição da despesa, mas por razões estranhas à vontade da Câmara e de todos as receitas também diminuíram, daí os resultados não terem sido tão brilhantes como poderiam ter sido. Por outro lado registou-se um aumento do endividamento líquido que tem consequências graves na medida em que levam a que se mantenha a situação de retenção de valores de 10% e como essa situação se prolonga há pelo menos três anos, se até aqui ainda havia a esperança de se recuperarem essas verbas, agora deixa de haver essa possibilidade e essas verbas serão consideradas perdidas definitivamente. Disse haver também um aumento da dívida de curto prazo a terceiros de 4,3 para 6,8 milhões o que é mais um sinal de que a situação está difícil. A dívida a terceiros aumentou também de 17,8 para 19,8 milhões segundo as contas, isto quer dizer que a situação da Câmara até final de 2010 não melhorou em relação a 2009. Há também um aspecto a referir, se ao valor de 19,8 milhões de euros se juntasse o défice das Empresas Municipais esse valor iria para cerca de 21 milhões de euros e se ainda se adicionassem os encargos relativos à Parceria Público-Privada iria para um valor bem mais alto e estes valores terão que ser satisfeitos, poderão não estar nas contas, mas existem. Isto quer dizer que efectivamente a situação da Câmara está muito longe de ser boa e o quadro é muito mais sombrio do que cor de rosa. Disse ser necessário não se esperar que a legislação seja alterada para começar efectivamente a tentar resolver a situação da Câmara, havia que ter imaginação mesmo que se tivesse de recorrer à especulação imobiliária, o que era contra os seus princípios e nunca diria nada contra a Câmara se se verificasse esta situação e se obtivessem bons resultados em negócios. Era necessário que os resultados fossem bons para se esquecerem os princípios. Em resumo considerou que a situação da Câmara para os próximos trinta anos era muito má e quanto ao PS ela agravou-se nos últimos cinco anos.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que a situação financeira da Autarquia se agravou ao longo dos últimos quinze, dezassete anos. Tinha consciência do incumprimento da Lei que obriga à consolidação dos passivos das Empresas Municipais nas contas da Câmara, mas como as receitas são pequenas não há de momento a possibilidade de transferência das verbas para cobrir esses passivos. Também não entraram nas contas da Câmara os lucros das Associações em que participa: Ecobeirão, Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, qualquer uma destas três associações teve lucros e no caso da CIMRDL até substanciais. Também não foram consideradas nas contas as dívidas de terceiros à Câmara, que todas somadas dão cerca de três milhões de euros. Considerou haver uma dualidade de critérios na elaboração do relatório pois se por um lado consideram valores na despesa, não consideram outros valores na receita. A Câmara de momento não tem qualquer possibilidade de cobrir aqueles passivos e o que poderá acontecer é a declaração de insolvência daquelas empresas. Em relação ao incumprimento da Lei das Finanças Locais referiu a parte do relatório de gestão onde é dito que o Município agravou a sua situação face ao limite do endividamento líquido e reduziu o excesso de endividamento de médio e longo prazo, havendo só dois tipos de endividamento que são de curto e médio e longo prazo, como não foi feito nenhum pedido de empréstimo e foram feitas amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo diminuiu-se este tipo de endividamento. Há é compromissos que são de curto prazo e têm reflexos na tesouraria e que têm a ver com acordos que as empresas a quem a Câmara deve fizeram com Bancos, tendo depois a Câmara de pagar aos Bancos durante o período que for acordado. Apesar de não se terem cumprido os limites do endividamento líquido, o PSF já o dizia e estabelecia como meta para ser cumprido primeiro 2014 e agora 2017, portanto o assumir do equilíbrio das contas tem data marcada e não há milagres. Também ninguém se pode esquecer que o Património da

Câmara vale hoje perto de 70 milhões de euros, mesmo o património privado, o que se pode alienar vale mais de 30 milhões de euros portanto se a Câmara fosse uma empresa privada não teria qualquer problema, não é e tem que ser gerida como uma entidade pública e com um património que não deverá vender, mas se fosse uma empresa podia chegar à banca e hipotecar alguns imóveis e resolver a dívida de curto prazo, transformando-a em dívida de médio e longo prazo.

Seguiu-se a votação deste ponto que registou 19 votos a favor (17 do PPD/PSD e 2 do PS – Srs. Deputados José Cruz e Hélder Dias), uma abstenção do PS (Sr. Deputado Fernando Costa) e 9 votos contra dos restantes Deputados do PS.

O Sr. Deputado Boto Martins entregou na mesa uma declaração de voto do PS que constitui o anexo nº3 desta acta e que faz parte integrante da mesma.

Seguiu-se para o ponto dois ponto três: RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 2º SEMESTRE DE 2010.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este disse que o relatório era apenas uma apreciação do auditor externo independente, onde se fazem uma serie de recomendações e basicamente na discussão da conta já se analisou este relatório.

Não houve pedidos de intervenção para este ponto.

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto quatro: -APRECIAÇÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2010 DA EMPRESA MUNICIPAL COMBANIMA, ESPAÇOS MUNICIPAIS, E.M.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este referiu que os valores utilizados pela Combanima tinham baixado significativamente devido ao facto de ter havido essencialmente um conjunto de funcionários que estiveram em mobilidade na Câmara Municipal. A Combanima está este ano num processo de reestruturação que obrigará à diminuição dos seus encargos com pessoal, contratos que irão caducar e não serão renovados, podendo também esta reestruturação levar à diminuição dos objectivos da empresa na tentativa de diminuir os encargos e despesas.

Pedi a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa, que começou por dizer que efectivamente se tinham diminuído os custos, os defeitos de forma que já vinham de anos anteriores mantêm-se, pois o relatório do fiscal é praticamente idêntico ao do ano anterior. A reserva que o PS teve na altura da criação desta empresa mantêm-se, não sabia da possibilidade de a longo prazo continuar a ter-se esta empresa, os custos são irreversíveis e os ganhos não têm expressão. Disse também que as actividades podiam ser realizadas pela Câmara sem que algum custo de exploração viesse a reflectir-se nas contas, a questão do pessoal vai aumentando as despesas havendo as necessárias transferências e continuando sem se saber se haverá ou não o ónus do IVA que não se sabia se iria ser ultrapassado ou não, gostaria que se ultrapassasse, seria bom para todos, a situação vai-se agravando e a cada ano que passa o IVA terá um valor mais elevado. Disse ter sido um despropósito a criação desta empresa e o avolumar das dificuldades da Câmara poderão passar um pouco por aqui.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que não iria contrariar o que foi dito pelo Sr. Deputado, mas não estava nada arrependido da criação da Empresa Municipal, até porque se assim não fosse a Câmara não teria tido a possibilidade de se substituir ao Estado, que não cumpre as suas obrigações em relação às Câmaras Municipais e aos sectores que devia gerir, referia-se à Educação onde a Empresa Municipal tem que substituir a Câmara que como todas está impedida de contratar pessoal e o Estado quando caduca um contrato de um Auxiliar de Acção Educativa não faz mais nenhum contrato e tem que ser a Câmara a colocar o pessoal nas escolas e só pode fazê-lo através da Combanima, tendo em conta também a celeridade que é necessária.

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto cinco: APRECIACÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2010 DA PROFACADEMUS- ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que o Estado tem pregado rasteiras ao Ensino Profissional Privado, abrindo cursos nas Escolas Secundárias que competem directamente com os Cursos do Ensino Profissional Privado, estando a matar este ensino e por isso a escola tem tido dificuldade em captar alunos. Um aluno que queira ir para um curso profissional, entre a Escola Secundária onde andou vários anos e uma escola que não conhece prefere a Escola Secundária. A Escola Profissional no ano passado perdeu cerca de 50% dos alunos o que é dramático e a situação poderá levar daqui a alguns anos ao fecho das Escolas Profissionais Privadas se nada se alterar. Por outro lado era necessária uma presença mais próxima da Câmara junto da escola, por isso foi designado o Sr. Vice-Presidente para estar mais activamente na escola e juntamente com os seus directores procurarem formas de a dinamizar e isto passava por procurar cursos que fossem mais atractivos para os alunos, já foi um pouco tarde porque já tinha passado a fase de concurso para esses cursos. Para o ano vai-se tentar, com sacrifício e esperava com pouca despesa manter a escola a funcionar para com tempo procurarem cursos que possam motivar os jovens, cursos que acima de tudo dêem garantias de saída profissional. Já havia algumas ideias para isso.

Pedi a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz que começou por dizer que não concordava totalmente com o Sr. Presidente da Câmara em relação à opinião da responsabilidade do Estado no que diz respeito à situação em que se encontra a Escola Profissional, até porque bastava olhar à nossa volta onde há escolas que felizmente não estão nesta situação. Alguma coisa se passa e grave, isso está reflectido em parte no relatório que foi apresentado onde se diz que há uma elevada percentagem de desistências, não se trata só se falta de alunos, eles existem, eles não concluem e era importante saber as razões, 59% nomeadamente em cursos de equivalência ao 9º e 12º ano que são anos terminais de ciclo e onde os alunos deveriam estar motivados, isto não é um problema vindo do Estado, isto é um problema da escola. Face a esta questão, que é grave, perguntava se havia alguma reflexão feita sobre as razões do elevado valor de desistências, pois achava que era o dado mais importante que tinham, porque a situação económica já é conhecida de outros anos. Nesta perspectiva o PS considerava que é necessária uma avaliação rigorosa e isenta para que a Profiacademus tenha futuro. Não sabia se já tinha sido feita, mas era urgente. A Câmara Municipal como única entidade promotora deverá proceder a uma análise de factos na qual devem intervir Director Pedagógico, Alunos, Encarregados de Educação, Professores, Funcionários e perceber realmente o que se está a passar, pois a escola está a morrer de dia para dia e o Estado não tem culpa do estado em que a escola se encontra. O problema da escola neste momento não é apenas de verbas, mas sim as desistências. Solicitava que fosse feito esse trabalho de reflexão e que o mesmo fosse apresentado à Assembleia sob a forma de Relatório.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que compreendia a preocupação da Sra. Deputada ao desculpabilizar o Estado, se este tivesse outra cor de certeza que não desculpabilizava, quase que subscrevia tudo o que foi dito à excepção da parte da culpa do Estado, pois não se estava apenas a falar do presente, mas também do futuro e a dificuldade de captar alunos é enorme, até podiam ter desistido os tais 50% e captar 60 ou 70% e a Escola continuava a funcionar. A reflexão pedida está a ser feita com o Director Pedagógico, com o Director Financeiro, com todos. Há um conjunto de soluções que irão ser implementadas, mas nada garantia que o problema fosse resolvido. Tem-se feito ultimamente o acompanhamento e tenta-se perceber a razão porque a Escola perde os alunos e porque não se conseguiu colocar a tempo e horas no Ministério o pedido de outros cursos.

Foi dada de seguida a palavra à Sra. Deputada Inês Matos que começou por questionar o porquê do pedido tardio dos novos cursos, culpa da Câmara? A Escola não tem um Director Pedagógico que na sua opinião devia estar a tratar de candidaturas? Julgava que ali ninguém desejava a extinção do Ensino Profissional Privado em SCDão. Estava preocupada com a expressão “fomos tarde” e queria saber onde se falhou, talvez na parte pedagógica. Em relação às contas, teceu comentários sobre o conteúdo da Declaração de Voto do PS apresentada na reunião de Câmara e para isso teve a preocupação de recolher informações e dados. Naquela declaração de voto o PS começa por dizer que se continua a evidenciar o agravamento dos resultados negativos transitados, fazendo especial ênfase aos últimos três anos. Cumpria-lhe acrescentar que nunca, nunca os resultados transitados foram positivos, isto é desde a fundação da Profiacademus em 1999 os resultados transitados foram sempre, sempre negativos. Tinha dados pedidos junto da Escola que também poderiam ser facultados a quem os pedisse para poder fazer aquela afirmação. No ano de 2000, transitou o valor negativo de cerca de 251 mil euros e de 2001 para 2002 o resultado transitado negativo foi agravado para cerca de 300 mil euros, tendo baixado ligeiramente no ano seguinte. Em relação a 2010, os resultados mantiveram-se negativos, registando um ligeiro acréscimo em relação a 2009, conforme o relatório de gestão, em virtude da já mencionada tardia aprovação de candidaturas, o que conduziu à retenção de verbas e ao maior recurso à banca. Os valores são todos negativos e são apresentadas justificações conforme o relatório de gestão. O segundo ponto da declaração de voto do PS refere a diminuição do número de alunos que conduziu a um corte nos montantes aprovados, era um facto, ninguém pode ser obrigado a matricular-se no Ensino Profissional Privado, conforme tinha sido dito era necessário fazer a análise da situação. Aqui concordou com o que foi dito sobre a deslealdade do Governo ao promover Cursos Profissionais na Escola Secundária, a concorrência era directa e na sua perspectiva desenvolvida em condições de inteira desigualdade. A desistência dos alunos deveu-se a alguns factores, mas não devido às condições físicas da Escola terem piorado, antes pelo contrário, pois desde 2006 foi feito na Escola um investimento de cerca de 294 mil euros, verificando-se um melhoramento constante. A promoção que está a ser feita da própria escola, utilizando os meios do Município e portanto sem qualquer encargo para a Escola, revela a preocupação de encontrar novo público-alvo. Os custos de exploração registaram uma diminuição em relação ao exercício anterior e na sua perspectiva o relatório de gestão aponta para sinais positivos de que é possível fazer alguma coisa pela Escola Profissional. No ponto três da sua declaração de voto o PS refere que se continua a verificar o incumprimento da Lei, mas este incumprimento não é de hoje nem de há cinco anos para cá, é desde 1999, pois desde a sua fundação tem havido sempre resultados transitados negativos, isto porque as transferências do Município nunca foram suficientes para cobrir esses resultados, como é óbvio, logo o incumprimento já vem de há muito tempo e provavelmente se não se tivesse deixado acumular resultados negativos hoje a situação poderia ser melhor. Em relação ao ponto quatro da declaração de voto do PS, seria bom o equilíbrio das contas, na Profiacademus, na Combanima, na Câmara, nas nossas casas, no Governo, só o equilíbrio das contas permitiria que o País não tivesse chegado ao desgoverno a que chegou nos últimos anos. Em relação ao ponto cinco da declaração de voto do PS, era uma realidade que devia ser contrariada, com esforço e dedicação e com algumas mudanças de fundo que poderiam potenciar a Escola Profissional. Referiu também que quando foi criada a Profiacademus, nos seus Estatutos estava previsto num Artigo a existência de um fiscal único para a certificação das contas, mas passado pouco tempo esse Artigo foi retirado dos estatutos. A Profiacademus passou a ter um revisor oficial de contas a partir de Setembro de 2002 para apenas e só certificar os pedidos de reembolso a submeter ao extinto PRODEP. Não houve qualquer controlo por parte dos revisores de contas relativamente à contabilidade e seus lançamentos pelo que não houve neste período certificação legal de contas. Só a partir de Janeiro de 2006

em consequência da obrigação da existência do órgão de fiscal único é que a revisão de contas passou a ser realizada em conformidade com as normas técnicas actualmente em vigor. Portanto sabia que a partir de 2006 as contas da Profiacademus eram aquilo e aquilo mesmo, antes não sabia, resultados positivos não tinha a certeza, nem poderiam ter a certeza se efectivamente foram manipulados, como, porquê, pois não havia quem controlasse essas contas com este rigor. Na sua perspectiva toda esta informação era útil, para informar que efectivamente há um esforço para que a Profiacademus recupere da sua situação difícil e que continue, mas o esforço tem que ser comum.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que confirmou os investimentos feitos pela Câmara na Escola Profissional. Em relação à pergunta de quem é que era responsável, era lógico que quem era responsável era o Director Pedagógico que tinha essa função, de junto da DREC promover a abertura de novos cursos. Se isso vai ter consequências ou não, pensava que sim, não sabia quais, estavam a avaliar a situação, parecia-lhe óbvio que quando se falha terá que haver consequências. A intenção da Câmara e determinação é pôr a Escola a funcionar e com alunos pois é para isso que ela serve.

Pedi a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que disse ter ficado com uma dúvida no que foi dito pela Sra. Deputada Inês Matos. Estava convencido que a concorrência era salutar em todos os sectores e da intervenção da Sra. Deputada parecia-lhe que estava enganado. Gostava de saber a posição da Sra. Deputada se considerava que a gestão privada em termos gerais era mais eficaz do que a pública.

Para responder foi dada a palavra à Sra. Deputada Inês Matos que começou por dizer que a concorrência é sempre boa quando é de qualidade e sabia-se que no mercado nem toda a concorrência é boa e como referiu, tendo esse cuidado, os cursos são de natureza diferente e a base da sua argumentação foi que qualquer aluno que não tinha a possibilidade de seguir um curso profissional no Ensino Secundário, teria que passar para uma Escola Profissional que foi criada única e exclusivamente com a vertente profissional, porque foram criadas pelo Estado e não pelas Autarquias e especializadas no Ensino Profissional. A verdade é que no seu ponto de vista, um aluno que faz o seu percurso no Secundário muitas vezes por comodismo e por necessidade opta por ficar na mesma escola (tem os amigos, tem os colegas e por outros factores). Gostava de poder responder se a gestão privada é melhor que a pública no caso em concreto da Profiacademus, não tinha feito esse estudo nem lhe competia, não conseguia responder a não ser que Ensino Privado e Ensino Público sempre existiram paralelamente sem que concorrência desleal e má de mercado existissem. Achava que podiam coexistir desde que as coisas fossem devidamente planeadas e feitas com sentido.

Seguiu-se para o ponto dois ponto seis: MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO 2011- PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO EM CURSO/1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO=APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este justificou a alteração proposta, primeiro com a integração do saldo da conta de 2010 depois desta fechada, por outro lado para contemplar as Juntas de Freguesia com verbas mais adequadas e que no Orçamento inicial estavam todas com valores simbólicos. Não era garantido que as verbas propostas fossem transferidas, mas era um compromisso assumido, se não fosse para este ano sê-lo-ia para os próximos. Houve também necessidade de apresentar mais projectos. A Biblioteca Municipal tem em curso uma candidatura à Adices que se destina a vários melhoramentos e que necessitam de estar contemplados no Orçamento, mas o grande benefício no seu entender que teria a Casa dos Arcos, era a substituição de toda a caixilharia que já não obedece às necessidades actuais em termos de isolamento térmico. Há também um reforço de verba destinada à extensão de saúde de São João de Areais de forma a pagar os projectos da responsabilidade da Câmara Municipal e que foram entregues na ARS de Coimbra. Esta extensão de saúde será construída na antiga

Escola EB1 de São João de Areias com as necessárias adaptações. Há também um reforço de verbas para melhorar a rede viária, outro para completar o financiamento para a Ecopista do Dão e outro reforço para a Escola Básica nº1 com uma candidatura aprovada para a competitividade e inovação onde funcionará a Escola de Artes. No fim acabou por se baixar em termos globais o total do Orçamento em cerca de 400 mil euros o que permitirá no final do ano ter uma execução superior à do ano anterior e ainda eventualmente antes do final do ano fazer uma nova revisão que permitirá baixar aquele valor.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por uma maioria de 22 votos a favor (17 do PPD/PSD e 5 do PS – Srs. Deputados José Augusto Sousa, Joaquim Rodrigues, Hélder Dias, Fernando Costa e José Cruz) e 7 abstenções dos restantes Deputados do PS.

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto sete: PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO REFORMULADO= 2º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO / 1º TRIMESTRE DE 2011. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este referiu que depois do primeiro relatório já ter indiciado algumas melhorias, este segundo relatório continua a evidenciar uma melhoria positiva do desempenho. Fazendo um pequeno exercício simples perspectivava-se para 2017 o equilíbrio das contas, mas mantendo a evolução que se tem hoje essa data seria antecipada para 2015. Poderá haver um dado novo que será um previsível e violento corte nas transferências para as Autarquias por parte do Estado que alterará toda esta previsão, mas se isto não acontecer até poderá antecipar-se esta data para 2014. Em 2012 e 2013 ainda se assistirá a este tipo de discussões, que não foram cumpridos os limites, mas isso já está no PSFR e não há milagres e o que se tem de fazer é continuar a controlar as contas como se tem feito.

Não houve pedidos de intervenção pelo que se passou para o ponto dois ponto oito: PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO CENTRO DE ESTUDO E INTERPRETAÇÃO DO ESTADO NOVO= ESTATUTOS= APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este considerou o assunto sem ter qualquer conotação política. O que se pretende essencialmente é a autorização da Assembleia para constituir a Associação não para ser o único fundador mas a partir de hoje e se for aprovada a proposta a Câmara possa ter as mãos livres para procurar e convidar associados, quer sejam entidades públicas ou privadas ou pessoas. Havia também os Estatutos que se forem aprovados blindavam a Associação de algum tipo de aventureirismo que já se demonstrou. Não se tratava dum projecto para construir algum mausoléu a Salazar como já tem sido referido. Tratava-se de um projecto envolvente, destinado a todas as pessoas e sem qualquer tipo de partidarismo e sem ideias políticas associadas. Os Estatutos blindavam esta situação dando a possibilidade à Câmara de vetar a entrada de novos associados. Depois desta aprovação a Associação será registada e a partir daí começará a trabalhar-se para a angariação de fundos que levem à implementação do projecto que está a ser delineado pelo Gabinete de Planeamento da Câmara. O projecto é passível de ser candidatado ao QREN através de vários programas tendo havido já algum entusiasmo das entidades que gerem estes programas quando lhes foram expostas estas ideias. Esperava que e depois de ter sido aprovado hoje ter até ao final do ano algo de concreto e que seja uma alavanca para o desenvolvimento do Turismo local.

O Sr. Presidente da Assembleia fez a seguir uma intervenção manifestando a sua aprovação por esta iniciativa ou outra qualquer do mesmo género. Lembrou que no último 25 de Abril no Auditório Municipal de realizou uma interpretação histórico-artística sobre o Estado Novo que teve muita qualidade e profundidade. Não foi qualquer tipo de movimentação ideológica, pelo contrário, foi muito interessante, bonita e rica. O que lhe chamava à atenção era o potencial enorme que existia em SCDão relativamente a certas matérias que podem ser vistas agora à distância da morte do ditador de forma a não escamotearmos a história. Achava que a Associação era interessante, nos seus Estatutos era importante a blindagem de certos tipos de aproveitamento, achava que havia um potencial que tinha de ser explorado.

Qualquer ditador por esse mundo fora é sempre algo de atenção e cultura para os mais novos. Não havia que ter medo do passado e dos mortos. Havia que ir para a frente e aproveitar o potencial histórico e cultural. SCDão é utilizada como arma de insulto e de ofensa e por isso é que provocatoriamente faz questão de dizer sempre que possível que é de SCDão. Tinha que se invocar a nossa história, a nossa cultura e os nossos bons ou maus. Qualquer tipo de Associação deste género é sempre bem-vinda porque mostra que não temos medo e por outro lado pode ser uma boa fonte de trazer alguma mais-valia, que se não for financeira é cultural e sobretudo em auto-estima.

Pediu depois a palavra o Sr. Presidente da Câmara para assumir o compromisso de fazer passar pela Câmara e pela Assembleia Municipal o projecto que está em elaboração e antes do mesmo ser público, esperava que em Junho ou no máximo em Setembro estivesse pronto. Achava importante que o projecto fosse congregador e que todos com responsabilidades políticas no Concelho o conheçam e lhe dêem o seu aval.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado César Branquinho que manifestou o seu apoio à criação do Centro de Estudos do Estado Novo, sempre apoiou, achava que não se podia apagar a história mas sim mostrar o que se passou naquele período. Não tinha vergonha de ser Santacombadense mas sim orgulho. Sobre os Estatutos tinha algumas dúvidas: quem podem ser os sócios fundadores e quais são os critérios que vetam os novos sócios? Era importante saber-se. Referiu o contrato assinado pela Câmara com o Sr. Rui Salazar e que julgava já não estar em vigor em que ele ficaria como elemento da Associação e com um cargo remunerado, pensava que isso teria ficado sem efeito a partir do momento em que fosse criado este novo Centro de Estudos.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse que os Estatutos não podiam especificar tudo, pensava que o Artigo que referia o veto já dava uma ideia sobre o que se pretendia. A avaliação tinha que ser feita pela Câmara e tinham que ter a noção do que tinha que se pedir aos futuros sócios. Futuramente quem se quisesse candidatar tinha que ter a aprovação da Câmara e da Direcção da própria Associação, não lhe parecia necessário colocar nos Estatutos qualquer outro travão para além daquele.

Seguiu-se para a votação, sendo a criação da Associação e os seus Estatutos aprovados por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto nove: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NA FREGUESIA DE NAGOSELA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº1 DO ARTº 21º DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL. REQ:PAULO JORGE ABRANTES. Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para dizer que recordava mais uma vez a necessidade de oportunamente se reavaliar a derrogação que permitia a construção de habitações para pessoas carenciadas fora das zonas previstas no PDM, achava que se estavam a cometer erros. Pensava ser urgente e indispensável que num futuro próximo e quando se fizer a revisão do PDM se reavalie os termos em que esta situação possa acontecer.

Não havendo mais pedidos de intervenção passou-se para a votação, sendo o pedido aprovado por maioria com 21 votos a favor (17 do PPD/PSD e 4 do PS – Srs. Deputados Edite Cruz, Hélder Dias, José Cruz e Fernando Costa) e 8 abstenções dos restantes Deputados do Partido Socialista.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos, foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não havendo pedidos de intervenção e não havendo mais assuntos a tratar o Sr. Presidente da Assembleia deu de seguida pelas dezoito horas e dez minutos por encerrada a sessão dela se lavrando a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

AME XO NE 1

Ja
C
8

Os Conselhos Municipais de Juventude foram criados no intuito de tornar efectiva uma instância de coordenação e consulta, a nível municipal, da política de juventude, e não obstante a polémica que tal acarretou e que, em muito, se fica a dever ao facto da criação destes órgãos ser feita à margem da Constituição da República Portuguesa já são vários os Municípios com estes Conselhos.

Santa Comba Dão não foi excepção e, pese embora o facto de, neste mesmo espaço, ter havido uma interpelação no sentido de apressar todo o processo e que dava a entender que nada se iria fazer, a verdade é que se agilizou no sentido de tornar real esse espaço que se quer, também, de partilha de ideias, e de promoção de novos projectos que tenham reais impactos na vida dos jovens do nosso município.

Enquanto elemento desta assembleia nomeado para integrar o Conselho Municipal da Juventude, sinto-me no dever de partilhar com todos vós o que ali se passa...

E a verdade é que nas sessões que tivemos, parece-me que o desinteresse por este órgão é, não raras vezes, o protagonista!

É certo que já se delinearam algumas acções que, tenho a certeza se concretizarão, mas a verdade é que o número de ausências é tão significativo que emerge o tal protagonista: o DESINTERESSE!

Preocupa-me que assim seja...

Faz-me lembrar as elevadas taxas de abstenção na maioria dos actos eleitorais e que parecem dar a entender que o direito e o dever de fazermos parte das escolhas dos nossos representantes caiu por terra!

Numa altura como a que vivemos urge fazer precisamente o contrário: temos que ser parte integrante e activa dos órgãos decisores, temos que dar ideias, trabalhar em prol de uma sociedade melhor...

Só assim seremos cidadãos no verdadeiro sentido da palavra!

Paula Francisca

Partido Social-democrata



[Handwritten signature]

Exmos. Srs.

Presidente da Assembleia Municipal,

Presidente da Câmara Municipal

Exmos Srs. Secretários

Digníssimos Membros desta Assembleia

Digníssimo Público

A Ecopista do Dão é um projecto que, formalmente, começou a ser delineado na década de 90, mais exactamente em 1997, dinamizado, sobretudo, pela Associação para o desenvolvimento do Turismo da Região Centro.

Objectivo: o aproveitamento turístico das linhas do Vouga e Dão.

Os contactos com a REFER iniciaram-se e o interesse por este tipo de projectos despertou, ao ponto de, em 2001, ter sido criado o Plano Nacional de Ecopistas da REFER, tendo em vista a requalificação e reutilização das linhas e canais ferroviários que não estavam a ser explorados

A implementação do plano tem sido suportada em acordos contratuais com os municípios que são atravessados por essas linhas e canais desactivados, que, no nosso caso, se traduz num contrato de concessão do troço da antiga linha de caminho de ferro do Dão.

Toda esta experiência passou pela adopção e registo da Marca Nacional Europeia (Ecopistas), bem como pela integração da REFER como membro da Associação Europeia das Vias Verdes.

E o que são Ecopistas?

São vias de comunicação autónomas, **reservadas às deslocações não motorizadas**, realizadas num quadro de desenvolvimento integrado, que valorize o meio ambiente e a qualidade de vida, e que cumpra as suficientes condições de largura, inclinação e qualidade de pavimentação de forma a garantir uma utilização em convivência e segurança, por parte de todos os utentes, independentemente da capacidade física dos mesmos. Por conseguinte, a utilização dos caminhos, canais e vias ferroviárias desactivadas, constitui um suporte privilegiado para o desenvolvimento das vias verdes.

A minha intervenção surge na sequência duma visita que fiz, há cerca de 3 semanas à nossa Ecopista com alguns familiares estando no grupo algumas crianças.

A visita foi feita sabendo, de antemão, que iria visitar um local de obra, ainda em execução, tendo tomado os cuidados necessários.

O passeio correu muito bem tendo em conta que foi possível já verificar que os princípios de criação daquela infra-estrutura estavam acautelados, não obstante, o que ainda está por fazer.

Não estava era a contar, no regresso do passeio, de quase ter sido atropelada por uma viatura automóvel que circulava no troço, a uma velocidade inadmissível.

Protestei, como é óbvio, e a resposta que obtive, para além dos maus modos, foi a de que "era residente e, por isso, tinha todo o direito de ali passar de carro".

8

Fiquei incrédula, daí a busca que fiz, no sentido de me esclarecer e esclarecer todos os interessados neste assunto, quanto ao funcionamento duma Ecopista.

Apesar de, ainda não estar concluída, a Ecopista contém já sinalização que permite perceber, claramente, que tipo de circulação ali pode ser feita, estando impedida a circulação de veículos automóveis, ciclomotores e veículos de tracção animal. Nesse sinal de trânsito, não estão apostas quaisquer excepções, nem mesmo para residentes, mas como Portugal é o país das excepções, e das excepções às excepções, limitei-me a ouvir, não me tendo, contudo, resignado.

Em primeiro lugar, procurei saber como se passavam as coisas quando ali circulava o comboio, há mais de 30 anos atrás, tendo em conta que já lá existiam moradores.

Verifiquei que os moradores daquela zona, e falo mais concretamente do troço que tem início em Vale Mimoso até à primeira ponte sobre o rio Dão, no sentido Treixedo/Póvoa de João Dias, sempre tiveram e continuam a ter, acesso pelo atravessamento que vem de s. Miguel, estrada que foi devidamente alcatroada em 2009 e que permite aos moradores da quinta do Rio e de todos os que vivem ali à volta, atravessar para as suas propriedades.

Apenas me deparei, nesse percurso, com uma moradia que não tem acesso automóvel e que, por acaso, nem é habitada, encontrando-se à venda. Só essa casa não tem acesso automóvel, o que, provavelmente, até pode ser remediado por um acesso mais perto da água mas há que ter em conta que quando ali passava o comboio, tal casa também não usufruía de acesso automóvel, não tendo sido retirado, por isso, qualquer direito anteriormente constituído e legítimo.

Os demais proprietários têm acesso por estradas municipais alcatroadas por onde a circulação se pode fazer em condições de segurança, sem ser necessário circular numa via que deve ser usada exclusivamente por peões e veículos não poluentes.

Nem a isto os peões têm direito? Ao uso exclusivo de algo cuja génese é essa: o lazer praticado com segurança, numa zona privilegiado sem factores poluentes?

A nossa liberdade acaba quando começa a dos outros. É um cliché, é verdade, mas que é preciso ter em mente.

Já foi dada demasiada prioridade aos automóveis, é preciso que os peões, finalmente, vejam consagrados os seus direitos. Se nem numa Ecopista os podem exercer plenamente, corredores criados exclusivamente para esse fim, onde me respeitarão como peão?

Na sexta-feira santa, fui também informada, por pessoas que ali foram passear, que havia motards em plena pista a fazer peões e arranques violentos.

É inadmissível!

Portugal, mais do que uma crise económico-financeira, vive uma grave crise de valores.

A cidadania só é percebida por nós, no que respeita aos direitos mas é fundamental interiorizarmos que a cidadania é **o conjunto de direitos**

2/2
JN
e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive.

O direito daquele residente local é igual ao meu enquanto residente no concelho e pagadora dos meus impostos.

É também com os meus impostos que o município paga uma renda anual à REFER, no valor de dois mil, oitocentos e cinquenta euros, para que aquele corredor seja utilizado como Ecopista.

Não só tem direitos aquele residente, como eu e todos aqueles que pagam pontualmente as suas contribuições. Somos igualmente detentores do direito de exigirmos que aquele corredor seja exclusivamente afecto a peões e a veículos não poluentes não motorizados, respeitando todas as normas europeias e nacionais que regulam estas infra-estruturas.

As excepções devem ser permitidas exclusivamente para veículos da protecção civil e de emergência médica, como é óbvio.

Aproveito para fazer referência a uma carta dirigida ao Sr. Presidente da Câmara, por parte de um cidadão, proprietário de um prédio junto da antiga estação de Treixedo que vem congratular o Sr. Presidente pelo desenvolvimento da Ecopista do Dão, demonstrando a sua disponibilidade para discutir com este, um caminho alternativo à sua propriedade, ao invés de vir arrogar direitos que nem sabe se tem!

No troço do concelho de Santa Comba Dão, deve ser assegurado o acesso aos residentes pelos meios que tinham antes, isto é, quando naquele percurso passava o comboio e o acesso tinha que ser feito pelas travessias próprias para o efeito ou então, e caso haja possibilidade, uma via paralela para uso exclusivo de residentes, respeitando determinadas velocidades, sem nunca interferir com o corredor da Ecopista. Que não haja excepções às excepções. Que, efectivamente, o controlo seja rigoroso para que, aquele projecto, com enorme potencial, não acabe por ser abandonado pelos utilizadores devido a má regulamentação quanto à sua utilização.

Gostaria de referir, ainda que, no período de execução da Ecopista do Dão, que ainda corre, muito material, utilizado na construção da mesma, foi furtado.

De acordo com informação da empresa à qual foi adjudicada a obra, são estes os valores:

- 15 vigas IPN com 6m (tratadas e pintadas), no valor de €18 900,00 (S.C.Dão);

- 10 vigas UPN com 6m (tratadas e pintadas), no valor de €11 280,00 (S.C.Dão);

- Material da empresa REBEL para andaimes, no valor de €35 000,00 (S.C.Dão);

- Mangueiras e máquinas de decapagem, no valor de €25 000,00 (S.C.Dão e Viseu);

- Máquina para aplicação de Slurry, no valor de €11 000,00 (Viseu);

- Sistemas de rega e luminárias, no valor de €10 000,00 (S.C.Dão, Tondela e Viseu).

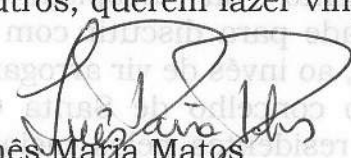
Estes valores denotam, claramente, o estado em que o País e os Portugueses, duma forma geral, ainda se encontram...

Para não estar a falar de cor, contactei o Dr. Luís Manuel silvestre, gestor do Plano Nacional de Ecopistas, que, além de me ter facultado imensa informação sobre o assunto, me garantiu que o corredor da Ecopista dos concelhos de Santa Comba Dão e Tondela, são domínio público ferroviário, não tendo sido sujeito a qualquer desafecção, apenas tendo sido permitido que tal fosse utilizado como Ecopista, nas condições constantes do protocolo celebrado entre a REFER e estes municípios, onde consta, claramente, que a utilização referida não permite o trânsito a veículos motorizados com as únicas excepções que venham a ser previstas no regulamento de utilização desta Ecopista.

Porque tal regulamento ainda não se encontra concluído, solicito, como cidadão e membro desta Assembleia Municipal, que seja dirigida uma carta à Comunidade Intermunicipal Dão-Lafões, na qualidade de entidade gestora do projecto, onde sejam relatados todos estes episódios, de modo a evitar-se, num futuro próximo, a utilização errada da Ecopista do Dão.

A convivência mútua de peões, de todas as idades e condições físicas, e veículos motorizados, de qualquer tipo, é, absolutamente impossível nas condições que, alguns residentes e outros, querem fazer vingar, e é isso que deve ser evitado.

Muito obrigada!


Inês Maria Matos



SECÇÃO CONCELHIA DO PARTIDO
SOCIALISTA DE SANTA COMBA DÃO

ANEXO Nº 3

He
11/04/29
[Signature]

Declaração de Voto

A análise dos documentos de prestação de Contas do Município de 2010 suscita-nos observações de duas categorias diferentes.

Uma primeira que se refere ao incumprimento de disposições legais, nomeadamente o artigo 31º da Lei 53/F/2006 de 28 de Dezembro, as quais o revisor oficial de contas regista no documento de certificação legal de contas e que por si só fundamentariam reservas quanto à apreciação e eventual aprovação das contas, já que podem prejudicar a exatidão dos valores das contas apresentadas, dando uma imagem deturpada da situação financeira do Município.

Uma segunda categoria de observações refere-se à própria situação financeira do Município.

Embora, para nosso bem, haja a registar, numa perspetiva orçamental, uma diminuição da despesa que, infelizmente e por razões estranhas à gestão da Câmara, foi anulada por uma diminuição da receita, verifica-se por outro lado um agravamento da situação financeira, nomeadamente no que diz respeito ao seguinte:

- aumento do endividamento líquido com consequências ao nível da continuação da retenção de verbas do FEF;
- aumento da dívida a terceiros de curto prazo de 4,3 para 6,8 milhões de euros;
- aumento da dívida a terceiros de 17, 8 para 19,8 milhões de euros.

Se a Câmara procedesse à consolidação das contas das empresas municipais, o endividamento total rondaria os 21 milhões de euros. Mas se a estes juntássemos os encargos resultantes da parceria publico-privada, chegaríamos aos 30 milhões de euros.

Perante este quadro extremamente sombrio da situação financeira do Município, que este executivo tem vindo a agravar ao longo dos últimos 5 anos e meio, os Deputados do Partido Socialista votam contra a prestação de contas que espelha a prossecução desta política ruinosa.

Pelos deputados do PS

[Signature]